



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE CRIMES CIBERNÉTICOS E SEUS EFEITOS DELETÉRIOS PERANTE A ECONOMIA E A SOCIEDADE NESTE PAÍS, TENDO EM VISTA (I) QUE A POLÍCIA FEDERAL REALIZOU EM 2014 A OPERAÇÃO BATIZADA DE IB2K PARA DESARTICULAR UMA QUADRILHA SUSPEITA DE DESVIAR PELA INTERNET MAIS DE R\$ 2 MILHÕES DE CORRENTISTAS DE VÁRIOS BANCOS, QUADRILHA ESTA QUE USAVA PARTE DO DINHEIRO DESVIADO PARA COMPRAR ARMAS E DROGAS; (II) O ÚLTIMO RELATÓRIO DA CENTRAL NACIONAL DE DENÚNCIAS DE CRIMES CIBERNÉTICOS QUE APONTA UM CRESCIMENTO, ENTRE 2013 E 2014, DE 192,93% NAS DENÚNCIAS ENVOLVENDO PÁGINAS NA INTERNET SUSPEITAS DE TRÁFICO DE PESSOAS, E (III) OS GASTOS DE US\$ 15,3 BILHÕES COM CRIMES CIBERNÉTICOS NO BRASIL EM 2010

REQUERIMENTO N.º , DE 2015
(Do Senhor Alexandre Leite)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de QUEBRA DOS SIGILOS TELEMÁTICO E TELEFÔNICO de Jeferson de Oliveira Monteiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 128.059.337-70, no período compreendido entre 1º de dezembro de 2013 e 9 de novembro de 2015.

Senhora Presidente,

Nos termos das disposições constitucionais (§3º do artigo 58 da CF/88), legais (artigo 2º da Lei nº 1.579/52) e regimentais (artigo 148 do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Regimento Interno do Senado Federal c/c o artigo 151 do Regimento Interno do Congresso Nacional) de regência, requeiro seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de QUEBRA DOS SIGILOS TELEMÁTICO E TELEFÔNICO de Jeferson de Oliveira Monteiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o número 128.059.337-70, no período compreendido entre 1.º de dezembro de 2013 e 9 de novembro de 2015.

JUSTIFICATIVA

O Senhor Jeferson Monteiro, criador do perfil Dilma Bolada em redes sociais, foi ouvido por esta CPI na data de 29 de outubro passado.

No requerimento cuja aprovação motivou o convite, de minha autoria, foram coligidos trechos de matérias jornalísticas que sugerem que os R\$20 mil que Jeferson confirmou receber mensalmente da agência de publicidade Pepper Interativa em troca dos seus serviços, seriam, na realidade, valores repassados pelo Partido dos Trabalhadores, como uma espécie de ajuda de custo para a manutenção do seu perfil satírico em redes sociais, comprovadamente utilizado, inclusive, para irrogar ofensas à honra de adversários políticos da atual Presidente da República e de seu partido político¹, o que configura a prática de crimes cibernéticos.

Nessa linha de raciocínio, Jeferson Monteiro não prestaria nenhum serviço efetivo à Pepper Interativa e a agência seria utilizada pelo Partido dos Trabalhadores, tão somente, com o fito de conceder uma aparência de licitude aos repasses de recursos direcionados ao criador do perfil Dilma Bolada, ao arrepio de diversas disposições legais.

Muito embora Jeferson Monteiro tenha declarado a esta CPI que presta serviços de “monitoramento, relatório, estratégia de rede para os clientes da Pepper, agora, prospecção”, quando instado a fornecer os nomes

¹ Diversas dessas ofensas à honra foram citadas na reunião em que se deu a oitiva de Jeferson Monteiro, que confirmou expressamente ser o autor de todas as postagens realizadas em seu perfil nas redes sociais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dos clientes da agência para os quais trabalha, pelo Deputado Sandro Alex, Jeferson socorreu-se da afirmação de que o “contrato é confidencial” para escusar-se de revelar aludidos nomes, ainda que a sessão fosse transformada em reservada ou secreta, conforme sugeriu o Deputado Bruno Covas.

Relatou, ainda, que produz relatórios mensais sobre os monitoramentos diários que efetua, encaminhando-os por e-mail para a Pepper Interativa. Declarou que leva os relatórios físicos quando vai a alguma reunião na agência.

Invocando a mesma cláusula contratual de confidencialidade, que também protegeria os relatórios por ele produzidos, negou-se a franquear o acesso a tais documentos aos membros desta CPI.

Do exposto, verifica-se que as diversas suspeitas que pairavam sobre as circunstâncias da declarada contratação do criador do perfil Dilma Bolada pela agência de publicidade Pepper Interativa, que tem o Partido dos Trabalhadores como o seu maior cliente – de acordo com o noticiado pela imprensa, o partido responde por cerca de 45% das receitas declaradas da empresa –, permaneceram incólumes após a sua oitiva.

Tais suspeitas foram e são reforçadas por matérias que dão conta, por exemplo, de que Jeferson Monteiro teria sido instado a rever sua decisão de se afastar das redes sociais em meados de 2014 e a integrar a equipe de campanha à reeleição da Presidente Dilma Rousseff como consultor.

A esse respeito, o Blog Brasil 247 – notoriamente vinculado ao Partido dos Trabalhadores, conforme ficou comprovado no âmbito da Operação Lavajato –, chegou a veicular, na data de 30 de julho de 2014, um suposto pronunciamento de Jeferson Monteiro a respeito do episódio, no seguinte sentido: “(...) Ele diz que não há nada fechado ainda, mas o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

comitê da presidente Dilma teria proposto um incentivo financeiro para rever sua decisão”.

Eis a íntegra do quanto publicado pelo Blog, naquela ocasião:

“De volta, 'Dilma Bolada' entra na campanha do PT



Jeferson Monteiro, criador do personagem satírico sobre a presidente Dilma, que contava com 1,5 milhão de seguidores no Facebook, teria sido convidado a se tornar consultor pela reeleição de Dilma Rousseff, para reverter decisão; ele deixou a internet alegando a escalada de hostilidades em período pré-eleitoral: “Há alguns dias foi liberada a campanha e é muito ruim saber que você pode fazer a diferença mas ver que está quase sozinho no meio de uma tormenta que é a internet, e que tem tudo para piorar conforme 05/10 se aproximar”.

30 de Julho de 2014 às 05:56

247 – O perfil de "Dilma Bolada" está de volta às redes sociais. Jeferson Monteiro, criador do personagem satírico sobre a presidente Dilma, que contava com 1,5 milhão de seguidores no Facebook, teria sido convidado a integrar à campanha do PT.

Ele diz que não há nada fechado ainda, mas o comitê da presidente Dilma teria proposta um incentivo financeiro para rever sua decisão.

Monteiro deixou a internet alegando a escalada de hostilidades em período pré-eleitoral: “Entramos no período eleitoral e esse ano não vai ser mole.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Há alguns dias foi liberada a campanha e é muito ruim saber que você pode fazer a diferença mas ver que está quase sozinho no meio de uma tormenta que é a internet, e que tem tudo para piorar conforme 05/10 se aproximar”.

Disponível em: <http://www.brasil247.com/pt/247/midiatech/148385/De-volta-'Dilma-Bolada'-entra-na-campanha-do-PT.htm>.

O convite feito a Jeferson Monteiro para assistir a posse da Presidente Dilma Rousseff, em 1.º de janeiro do ano em curso, fato revelado por ele mesmo, no depoimento que prestou a esta CPI, constitui um forte indício de que ele efetivamente integrou o comitê da campanha à reeleição da Presidente Dilma Rousseff.

Registre-se que, em seu depoimento, Jeferson Monteiro declarou “não se lembrar” se havia pago as passagens aéreas utilizadas em seu deslocamento a Brasília, por ocasião da posse presidencial, não sabendo dizer se haviam sido “expedidas pelo cerimonial”. Revelou ainda que visitou a Presidente Dilma Rousseff no Palácio do Alvorada, dois dias após as eleições de 2014.

Outro ponto que reforça as suspeitas que pairam sobre a contratação de Jeferson Monteiro pela Pepper Interativa é a notória e relativamente longa ligação entre a agência Pepper Interativa e o Partido dos Trabalhadores, sempre confirmada pela agência, conforme demonstra o teor da matéria abaixo transcrita:

ÉPOCA

11/06/2010 - 16:58 - ATUALIZADO EM 11/06/2010 - 17:07

“Aluguel de R\$ 18 mil de QG do PT é pago com dinheiro vivo

Agências de comunicação contratadas para trabalhar na campanha de Dilma Rousseff pagavam aluguel de casa com depósitos em espécie. Especialista em direito eleitoral condena a prática

MARCELO ROCHA E MURILO RAMOS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



ALUGUEL SUSPEITO

Entre março e junho, R\$ 72 mil referentes à locação do imóvel acima foram depositados em dinheiro vivo em conta indicada pelo proprietário do imóvel

Em tempos de transações bancárias facilitadas pela internet e insegurança nas ruas, é cada vez mais raro que pessoas e empresas carreguem altos valores sem uma necessidade real. **A Lanza Comunicação e a Pepper Comunicação Interativa, contratadas para trabalhar na campanha da ex-ministra Dilma Rousseff (PT), pensam diferente.** Preferem a arriscada operação de transportar dinheiro vivo para quitar obrigações. Essa foi a alternativa utilizada para pagar o aluguel de uma casa localizada no Lago Sul, bairro nobre de Brasília, e que serve à campanha da petista. Entre março e junho deste ano, as duas empresas depositaram o equivalente a R\$ 72 mil, em espécie, em uma conta indicada pelo proprietário do imóvel no banco Credindústria. A instituição financeira fica no setor de indústrias da capital.



DEPÓSITO

Banco em que dinheiro do aluguel era depositado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ÉPOCA teve acesso ao contrato de locação (*confira na imagem abaixo*) que foi firmado em janeiro e formalizado no Cartório do 4º ofício de Notas de Brasília no final de março. Assinam o documento Luiz Lanzetta, dono da Lanza Comunicação, e Danielle Fonteles, dona da Pepper Comunicação Interativa. O aluguel expira em dezembro de 2010. As duas empresas pagam mensalmente R\$ 18 mil. A reportagem procurou os proprietários das agências de comunicação para esclarecer o porquê do pagamento em espécie. **Apenas a Pepper respondeu. Por meio de sua assessoria de imprensa, informou tratar-se de uma “opção das empresas” e que “não há ilegalidade na operação”. A Pepper afirmou ainda que o valor era dividido meio a meio com a Lanza, mas não detalhou quem se incumbia de recolher o dinheiro vivo e ir à boca do caixa realizar os depósitos. A empresa de Danielle Fonteles pretende deixar a casa e já está à procura de um novo lugar. Não revelou as razões para trocar de endereço.** Existe uma cláusula contratual que prevê o pagamento de multa de 10% do valor total do aluguel, o equivalente a R\$ 18 mil. Será que também vão pagar a multa em espécie?

O secretário-geral da OAB nacional e especialista em direito eleitoral, Marcus Vinícius Furtado, disse que, em tese, pagamento em espécie presume caixa 2. “É absolutamente irregular e injustificável que se tenha pagamentos em dinheiro vivo numa campanha eleitoral”, afirmou. Segundo Furtado, existem instrumentos na legislação que podem punir o uso de caixa 2 até com a impugnação de candidaturas.

Lanzetta, da Lanza Comunicação, recebeu aval para procurar uma mansão no Lago Sul, capaz de abrigar a estrutura de comunicação da campanha, no fim do ano passado. A casa teria de ser espaçosa e próxima ao local onde a coordenação da pré-campanha de Dilma Rousseff está instalada. Inicialmente a casa foi anunciada por R\$ 22 mil, mas Lanzetta barganhou. Obteve desconto de R\$ 4 mil e fechou o aluguel em R\$ 18 mil. O jornalista conseguiu ainda uma carência de dois meses (janeiro e fevereiro). Lanzetta ficou em evidência nas últimas semanas por ter participado de reuniões com arapongas que seriam contratados para investigar vazamentos de informações dentro do comitê de Dilma Rousseff e para bisbilhotar a vida do adversário da petista, o tucano José Serra. Anunciou sua saída da campanha de Dilma Rousseff no dia 5 de junho.

Abaixo, o contrato de locação do imóvel:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

02 – **LOCATÁRIO 1:** LANZA COMUNICAÇÃO S/C LTDA., inscrita sob o CNPJ 06.040.702/0001-85, com sede no SRTV Norte, Quadra 701, Torre B – Sala 817, Asa Norte, Brasília DF, neste ato representada por seu Sócio Administrador, conforme depreende-se de seu Contrato Social, Sr. Luiz Ricardo Lanzetta, brasileiro, divorciado, jornalista, RG: [REDACTED] SSP/SP, CPF: [REDACTED].

LOCATÁRIO 2: PEPPER COMUNICAÇÃO INTERATIVA LTDA., inscrita sob o 01.713.090/0001-20, com sede no SCN Quadra 05 Bl. A Sala 1226 – Torre Norte – Ed. Brasília Shopping, Brasília DF, neste ato representada pela sua Sócia Administradora, Danielle Miranda Fonteles, brasileira, casada, publicitária, RG: [REDACTED] SSP/DF, CPF: [REDACTED].

Doravante denominados conjuntamente de **LOCATÁRIOS**.

04 - **IMÓVEL:** SHIS QI 05 CONJUNTO 13 CASA 22/24 - LAGO SUL- BRASILIA.

05 - **DESTINAÇÃO:** A permitida pela Administração Regional do Lago Sul

06 - **DEPENDÊNCIAS:** Conforme Memorial descritivo anexo.

07 – **ALUGUEL:**

R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) mensais, perfazendo em dez (10) meses o valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

08 - **PERIODICIDADE DE REAJUSTES:** anual, nos termos da legislação em vigor.

09 - **VIGÊNCIA:** INÍCIO: 01/01/2010 TÉRMINO: 14/12/2010.

(destacou-se)”.
[REDACTED]

Disponível em:

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI147079-18176,00-ALUGUEL+DE+R+MIL+DE+QG+DO+PT+E+PAGO+COM+DINHEIRO+VIVO.html>

Mais recentemente, nova matéria publicada pela versão *online* da revista Época reforçou os indícios de irregularidades na relação entre a agência Pepper Interativa e o Partido dos Trabalhadores, ao revelar que, segundo relatório produzido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, o partido teria transferido R\$15,2 milhões à agência Pepper Interativa nos últimos três anos, em recursos cuja procedência era supostamente ilícita.

Vejamos:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Pepper recebeu R\$ 15 milhões do PT em transações suspeitas

Agência de publicidade investigada pela PF embolsou recursos “obtidos ilicitamente”, segundo relatório sigiloso do Coaf

THIAGO BRONZATTO

03/11/2015 - 17h32 - Atualizado 03/11/2015 19h28

A agência de comunicação **Pepper Interativa**, investigada por corrupção e lavagem de dinheiro pela Polícia Federal, recebeu recursos considerados suspeitos do **Partido dos Trabalhadores**, segundo relatório sigiloso do **Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf)**, obtido por ÉPOCA. No documento, os técnicos do Coaf, órgão do Ministério da Fazenda de combate à lavagem de dinheiro, relatam que a Pepper movimentou **R\$ 63,2 milhões** entre 2007 e 2015. Desse total, R\$ 58,3 milhões – ou seja, 92,2% – passaram pela conta bancária da Pepper de janeiro de 2013 a maio de 2015. A maior parte desse dinheiro de origem duvidosa saiu dos cofres do PT. Ao todo, o partido transferiu R\$ 15,2 milhões à agência nos últimos três anos. Nesse período, a Pepper virou a principal agência digital do meio político, sobretudo prestando serviços para campanhas petistas e órgãos públicos.

SIGILOSO	
O conteúdo deste Relatório de Inteligência Financeira é protegido por sigilo constitucional, inclusive nos termos da Lei Complementar 105, de 10 de janeiro de 2001, não estando, portanto, sujeito às classificações da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, ficando o destinatário responsável pela sua preservação.	
Relatório de Inteligência Financeira nº 18340	Data 23/10/2015

11. A empresa Pepper Comunicação Interativa Ltda², nome fantasia Pepper Interativa, com sede fiscal em Brasília, foi objeto de comunicações de operações financeiras de que trata a Lei 9.613/98 com valor associado de R\$ 98.451.435,00 reportadas no período de 2007 a 2015, dos quais R\$ 63.235.000,00 foram registrados em suas contas correntes e o restante em contas de terceiros, conforme a seguir relatado.

11.1. A empresa Pepper Comunicação Interativa Ltda teria movimentado o montante de R\$ 58.328.000,00, no período de 01/01/2013 a 31/05/2015, sendo R\$ 29.747.000,00 a crédito e R\$ 28.581.000,00 a débito, registrado na conta corrente nº 29100, da agência/CNPJ nº 3212 - Brasília Shopping, do Banco do Brasil S.A., na cidade de Brasília.

para a

2. A empresa Oli Comunicação e Imagem Ltda, citada pelas investigações.

- Chamou a atenção do comunicante a movimentação de valores vultosos na conta, aparentemente superiores à capacidade econômico-financeira da empresa.
- Alguns beneficiários e remetentes de recursos não desempenham atividade profissional que tenha relação com aquela exercida pela empresa analisada.
- O comunicante suspeita que a origem do dinheiro seja proveniente de recursos obtidos ilicitamente.

2. R\$ 208.000,00 - Depósitos online

Entre os remetentes de recursos foram identificados os a seguir relacionados:

- R\$ 8.545.000,00 - Partido dos Trabalhadores
- R\$ 6.292.000,00 - Partido dos Trabalhadores Diretório Nacional
- R\$ 404.000,00 - Partido dos Trabalhadores

Trecho do relatório do Coaf (Foto: reprodução)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Foram identificados ao menos três indícios de irregularidades nas contas da Pepper, de acordo com o Coaf. O primeiro deles tem a ver com a “movimentação de valores vultosos na conta, aparentemente superiores à capacidade econômico-financeira da empresa”. O segundo está relacionado com o fato de que “alguns beneficiários e rementes de recursos não desempenham atividade profissional que tenha relação com aquela exercida pela empresa analisada”. Por fim, o mais alarmante de todos: “O comunicante suspeita que a origem do dinheiro seja proveniente de recursos obtidos ilicitamente”. A Pepper está sob investigação da PF na **Operação Acrônimo** -- que apura um **esquema de corrupção e lavagem de dinheiro** encabeçado pelo governador de Minas Gerais, **Fernando Pimentel**, ministro do Desenvolvimento no primeiro mandato de Dilma Rousseff e coordenador da campanha presidencial da petista em 2010. Investigadores suspeitam que a Pepper tenha sido utilizada pela organização criminoso como um canal de repasses de dinheiro dos cofres públicos e de campanhas eleitorais para políticos e agentes públicos.

Uma parte do dinheiro que saiu do caixa da Pepper foi destinada a investimentos cuja “origem dos recursos suspeita-se que seja ilícita”, segundo o relatório do Coaf. A empresa aplicou R\$ 4,8 milhões em fundos do Banco do Brasil. A outra parte foi direta para o bolso da sócia majoritária da agência, **Danielle Miranda Fonteles**. A jornalista e empresária recebeu R\$ 6,9 milhões, segundo o Coaf. Com uma renda de R\$ 80 mil e um patrimônio R\$ 211.758, Danielle movimentou R\$ 15,1 milhões entre 7 de dezembro de 2010 e 27 de agosto de 2015. Desse total, R\$ 8,1 milhões decorrem de operações a crédito e R\$ 7 milhões a débito. O sócio e marido de Danielle, Amauri dos Santos Teixeira, cuja renda é de R\$ 30 mil e tem patrimônio estimado em R\$ 3 milhões, também fez transações financeiras suspeitas. Ao todo, ele movimentou R\$ 6,3 milhões de 17 de maio de 2011 a 27 de agosto de 2015, sendo R\$ 3,3 milhões a crédito e R\$ 2,9 milhões a débito. Entre os destinatários das transferências feitas pela Pepper também está a **Oli Comunicação e Imagem**, empresa de **Carolina Oliveira**, mulher de Pimentel – que recebeu ao menos R\$ 260 mil.

O Coaf também registra que, conforme revelou ÉPOCA, [Danielle tinha uma conta secreta na Suíça](#), na qual recebia recursos das empreiteiras do Petrolão, como Queiroz Galvão. Ela fechou a conta após ser procurada pela revista para explicar a origem dos recursos e o fato de não ter declarado a conta.

[>> Agência Pepper Interativa, ligada ao PT, tinha conta na Suíça para receber da Queiroz Galvão](#)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11.2. Outra comunicação da mesma natureza reportou que a empresa Pepper Comunicação Interativa Ltda teria aplicado, no período de 01/2013 a 05/2015, pelo menos o valor de R\$ 4.800.000,00 em fundos de investimentos, cuja origem dos recursos suspeita-se que seja ilícita.

Trecho do relatório do Coaf (Foto: reprodução)

O crescimento do faturamento da Pepper coincide com a sua ascensão no cenário político. Em 2010, a empresa assumiu a campanha presidencial que elegeu Dilma Rousseff. Um mês após a vitória, foi feito um saque suspeito em dinheiro vivo em nome da agência no valor de R\$ 107.000, segundo o Coaf. De lá para cá, a Pepper passou a ser contratada indiretamente por suas concorrentes que prestam serviços para ministérios e órgãos públicos. Recebeu cerca de R\$ 4 milhões indiretamente dos cofres da União. Em 2014, a empresa também trabalhou nas campanhas para governador que elegeram Rui Costa (PT), na Bahia, e Renan Filho (PMDB), na Alagoas. Na folha de pagamentos da Pepper constava Jeferson Monteiro, criador do personagem Dilma Bolada, sucesso nas redes sociais – que [recebia R\\$ 20 mil por mês](#). Em setembro deste ano, pressionada pelo avanço das investigações da Acrônimo, Monteiro e a Pepper resolveram romper contrato com o PT. Ficou combinado, então, que o acordo entre a agência e o partido seria honrado apenas até o fim deste ano. Apesar desse distanciamento, Danielle Fonteles ainda mantém contato com pessoas ligadas ao Planalto.

[>> Agência contratada pelo PT paga R\\$ 20 mil de salário a criador de Dilma Bolada](#)

Os dados das contas da Pepper e de seus sócios fazem parte do **relatório 18.340**, produzido pelo **Coaf**, que também fez um pente-fino na vida financeira das [principais estrelas do PT como Lula, Antonio Palocci, Pimentel e Erenice Guerra](#). O órgão de combate à lavagem de dinheiro não arbitra sobre as operações. Ele apenas aponta as movimentações que são consideradas suspeitas de acordo com a lei e as regras do mercado, como saque em dinheiro vivo ou recebimentos de valores acima da capacidade econômica do cliente. Essas informações são enviadas diretamente pelos bancos e pelas corretoras. A partir daí, os dados são consolidados em relatórios de inteligência, encaminhados pelo Coaf ao Ministério Público e à Polícia Federal para que possam aprofundar as investigações.

[>> Relatório do Coaf mostra movimentações milionárias nas contas de Lula, Palocci, Pimentel e Erenice](#)

Procurada, a **Pepper** disse em nota que “**não comentará o assunto** porque desconhece o documento e por se tratar de informação bancária, protegida por sigilo”. “De qualquer maneira, a natureza da atividade da empresa implica em típicas variações sazonais de faturamento e a movimentação financeira da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pepper e de seus sócios está de acordo com a legislação vigente”, afirma a agência. O PT não respondeu até a publicação desta matéria.”

Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/11/pepper-recebeu-r-15-milhoes-do-pt-em-transacoes-suspeitas.html>.

Como se nota, os fatos são de extrema gravidade e a necessária investigação dos fundados indícios que pesam contra Jeferson Monteiro, com vistas à eventual produção de provas, demanda a efetivação das medidas ora propostas.

Por essa razão, conclamo os nobres Pares a aprovarem o presente requerimento.

Sala das Comissões, em 09 de novembro de 2015.

Deputado ALEXANDRE LEITE
DEM/SP